



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

### **Rever a Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental e reforçar o combate ao ruído doméstico**

Segundo o “Relatório do Estado do Ambiente de Macau 2023”, *desde que a Lei da “Prevenção e controlo do ruído ambiental” entrou em vigor, o número de reclamações sobre ruído mostrou uma tendência geral de aumento, tendo esse número aumentado significativamente durante a epidemia, contudo, o número deste tipo de reclamações diminuiu, ano após ano, nos últimos dois anos*, mas o número de reclamações em 2023 é ainda o mais elevado, comparativamente com todos os anos anteriores à epidemia. Em 2023, o número total de reclamações atingiu as 10 538, tendo havido uma redução de 5,2 por cento em relação a 2022, registando-se uma diminuição das reclamações relacionadas com as “*decorações de interiores*” e “*obras de construção*”, mas registou-se um aumento do número de reclamações relacionadas com “*conversação e gritos*”, atingindo 4256 casos, um aumento de 20,3 por cento em relação a 2022, portanto, esta é uma situação que merece a nossa atenção.

Segundo os dados estatísticos da Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental (DSPA), ao longo dos anos, as autuações relacionadas com ruído foram de cerca de 1 por cento do total das reclamações, uma percentagem relativamente baixa, e as autoridades salientaram que “esta percentagem é semelhante à das regiões vizinhas”, mas o ruído afecta gravemente o descanso dos residentes e, em



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

2023, a taxa de autuação devido ao ruído relacionado com a vida quotidiana foi apenas de 0,9 por cento, por isso, é necessário reforçar o combate a este tipo de ruído.

O ruído produzido durante a noite afecta gravemente os residentes, e muitos deles afirmam que é frequente o ajuntamento de pessoas para consumo de bebidas alcoólicas e fazem muito barulho nas zonas de lazer próximas das suas casas. A polícia desloca-se ao local para advertir estas pessoas, só que, passado pouco tempo, estas situações repetem-se, por isso, os residentes esperam que as autoridades competentes procedam ao devido acompanhamento e apliquem sanções, para que se possa surtir efeitos dissuasores.

A Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental entrou em vigor há quase 10 anos e, embora o Governo a tenha alterado uma vez, o ruído continua a incomodar os residentes devido ao aumento do número de pessoas com diferentes hábitos de vida a trabalhar e a viajar em Macau, portanto, o Governo deve rever, em tempo oportuno, esta lei, otimizando, continuamente, os respectivos procedimentos e formas de execução, assim como deve aperfeiçoar e uniformizar o mecanismo de tratamento das reclamações, definir medidas para o combate aos diferentes tipos de ruído, e reforçar a divulgação jurídica e as acções de fiscalização nos locais com maior frequência de ruído, com vista a prevenir e a minimizar o impacto causado aos residentes, assegurando o seu direito ao descanso.

Pelo exposto, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. O número total de reclamações sobre o ruído registado em 2023 é mais



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

elevado do que em qualquer ano anterior à epidemia, mas a taxa de autuação foi relativamente baixa nos últimos anos, nomeadamente, quanto ao ruído relacionado com a vida quotidiana. Porquê? De facto, é difícil aplicar a lei nos casos de ruído ocasional ou de curta duração, portanto, nestes casos deve-se advertir os infractores. No entanto, como é que as autoridades vão tratar, de forma eficaz, os casos de ruído que acontecem frequentemente nos mesmos locais?

2. Nas zonas de lazer próximas das zonas residenciais, é frequente a concentração de pessoas durante a noite para consumo de bebidas alcoólicas, o que às vezes causa bastante ruído. Quando a polícia se desloca ao local, muitas das vezes apenas emite uma advertência ou não detecta qualquer irregularidade, e depois também não se consegue entrar em contacto com a pessoa que apresentou a reclamação, só que, quando a polícia se vai embora, muitas das vezes os casos de ruído voltam a acontecer. As autoridades sabem quais são os pontos negros onde acontecem estes casos de ruído? As autoridades devem reforçar as acções de fiscalização de forma activa nestes pontos negros, para que os residentes não sejam afectados. Vão fazê-lo?
3. A Lei de prevenção e controlo do ruído ambiental entrou em vigor há quase 10 anos, no entanto, durante este período, a sociedade desenvolveu-se. Tendo em conta as experiências na execução, há que rever esta lei, aditando, por exemplo, critérios para a medição do ruído e regulando o ruído de baixa



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

frequência, portanto, há aspectos que poderão ser aperfeiçoados. Assim, o Governo deve proceder a um estudo sobre a necessidade de se efectuar uma revisão global desta lei. Vai fazê-lo?

8 de Novembro de 2024

**A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,**

**Lei Cheng I**